



S LUSITANOS E A IDENTIDADE PORTUGUESA

Prefácio

Após o final do século XIV, tornou-se ainda mais frequente evocar entre os estudiosos e escritores portugueses (especialmente os poetas), a convicção de que, primeiramente, os portugueses descendem dos antigos Lusitanos; e em segundo lugar, que os Lusitanos eram um ramo dos celtas continentais. Ambas as convicções foram confirmadas pelos historiadores, principalmente a partir do século XIX, os quais encontraram elementos claros para apoiar as mesmas. De facto, os Lusitanos receberam todas as influências culturais dos Celtas do norte e centro da Europa, e como grupo étnico o seu sangue celta é muito notável. Eles devem, também, e mais concretamente serem chamados Celtibéricos. Quanto à questão destes serem ancestrais dos Portugueses, os Lusitanos aparecem como a principal das muitas contribuições para a composição da nação portuguesa moderna. A identificação entre os Lusitanos e os Portugueses é portanto muito mais do que um caso de construção literária, ou seja, não é apenas o resultado de uma forte influência de doutrinas ideológicas e políticas, sendo uma realidade antropológica e histórica.

1. A questão da origem céltica

Apesar das muitas imprecisões e dúvidas, aceita-se geralmente que os Celtas tenham iniciado a sua grande dispersão pela Europa entre o final do século VI e o início do V a.C. A sua pátria de origem situava-se a norte dos Alpes, entre o Reno e o Danúbio. A grande migração ou invasão celta chegou à Península Ibérica ainda no século V. Os indícios de presença celta no leste peninsular - os campos de urnas funerárias da Catalunha - que remontam ao século VI, ou mesmo antes e que se assemelham à cultura de Halstat B e C não asseguram a existência de uma leva de invasores celtas nessa região, mas apenas traços de culturas aparentadas; o mesmo se poderia dizer dos dados arqueológicos da presença celta no vale do Ebro e na Meseta Central relativos aos séculos VI e VI.

A migração do século V encontrou a Península povoada por culturas muito variadas, que podemos considerar basicamente em dois grupos bem distintos: os Iberos a leste e sul, e os povos neolíticos e megalíticos no centro e no litoral norte. As culturas de leste e sul são as que se costumam chamar propriamente ibéricas, mas ainda aqui há que distinguir dois conjuntos: os do litoral oriental (actual Catalunha) de maior influência grega, sobretudo de comerciantes da Fócia para lá emigrados com suas famílias; e os do sul, de maior influência fenícia - de Tiro, desde o século XI a.C. Foi nesta área que se desenvolveu a cultura de Tartessos; os mais prováveis integrantes desta região eram os turdetanos, que viviam entre o Guadiana (o Anas, que conhecemos pelo nome árabe de Wad-i-ana) e o Guadalquivir (wad-al-kebir). Com os tartéssicos e os fécio-ibéricos os celtas entraram em contacto, mas não ousaram atacar as suas cidades ricas e bem defendidas. O nome de celtiberos, e de uma cultura celtibérica, realmente aplica-se a um mosaico de influências diversas, em que a palavra iberos não designa nenhuma origem conhecida, mas apenas uma localização de povos a oriente e a ocidente do rio Ebro - neste caso é o rio que dá nome ao povo que vive na sua vizinhança. A existência de uma fusão entre celtas e iberos é um facto confirmado e generalizado, principalmente nas áreas noroeste mas também oeste da península.

Foi portanto em direcção ao noroeste e à área atlântica que se dirigiram os celtas, sem se aproximar das áreas mediterrânicas mais urbanizadas. Ora também na restante Península havia notáveis diferenças que é preciso ter em conta. O litoral sul, o Cinético (actual Algarve) embora já banhado pelo Atlântico, recebia tal influência tartéssica (e fenícia e grega) que bem se pode considerar um prolongamento da cultura urbana ibérica; a sua principal cidade era Conistorgis, de localização desconhecida, e os seus habitantes, os cónios, eram em tudo distintos dos demais povos a norte das serras que os separavam da região entre Tejo e Anas, que os romanos chamavam Mesopotâmia (ibérica) e corresponde ao actual Alentejo: aqui os monumentos ainda existentes (por exemplo os dolmens ou antas próximo de Évora) comprovam um modo de vida rural de tradição megalítica. O litoral do actual Portugal, sobretudo na região entre Tejo e Douro, conheceu por volta do terceiro milênio uma ocupação importante por povos de culturas desenvolvidas, atestada pela presença de grandes torres de pedra ainda visíveis na região de Torres Vedras (Tures Veterae, ou torres antigas); houve aí forte presença de comerciantes fenícios e gregos (ou talvez ibéricos e tartéssicos) mas a sua urbanização e nível económico não eram tão desenvolvidos como os do litoral mediterrânico e cinético; contudo a indústria de peixe para exportação já era importante e prenunciava as grandes indústrias de conserva de peixe do tempo do Império Romano.

Já o norte peninsular era ocupado pelos aguerridos montanheses cântabros e bascos, cuja origem e modo de vida eram muito diferentes dos das cidades do sul, mas que sempre mantiveram forte oposição a contactos e presenças externas. Assim os celtas ao espalharem-se pela Península encontraram facilidades de fixação em apenas duas regiões: a Meseta central - basicamente a Castela a Nova actual; e a região ocidental ou

atlântica a norte do Tejo onde se concentraram. De acordo com os relatos romanos podemos distinguir aí as seguintes áreas e povos: a nordeste do rio Douro, e mais concentrados a norte do rio Minho, portanto no noroeste peninsular viviam os calaicos, cujos descendentes - os galegos - conservam até hoje inúmeros traços comuns aos celtas; entre Douro e Tejo ficavam os Lusitanos, por sua vez divididos em três modos de vida distintos: o das montanhas (actual Beira Interior) vivendo mais da caça e da pastorícia de ovelhas e cabras; o das cidades do litoral (actual Beira Litoral) que viviam da pesca e derivados, do comércio, e tinham uma relativa urbanização; e o dos vales dessas duas regiões, de economia agrícola. A oriente dos Lusitanos, na Meseta Central, viviam os Vetões, que chegaram a ocupar o vale do Tejo, mas daí foram expulsos para a região montanhosa a norte da Extremadura espanhola; e a norte dos Vetões mas a sul do Douro viviam os Vaceus. Finalmente a sul do Tejo habitavam os célticos, por vezes identificados com os Cempsos (cempsi) e que, ao contrário do nome, não eram tão celtizados como os seus vizinhos a norte. Parece mesmo que teriam mais influência do sul, pois há notícias de que a influência dos Cónios do Cinético se estendera pelo litoral (do actual Alentejo) até ao Tejo; daí teriam sido expulsos pelos celtas e confinados ao actual Algarve. Estes seriam os principais povos de origem céltica da Península - cada um deles mesclado, em proporções variáveis, com os habitantes anteriores à invasão; mas as fontes romanas indicam muitos outros povos ou grupos menores, como os túrdulos de entre Vouga e Mondego (litoral Atlântico ocidental) citados por Plínio, e possivelmente aparentados com os túrdulos da Bética: os asturianos, entre os calaicos e os cântabros; os brácaros, entre Douro e Minho; e outros que foram anotados pelos romanos como os Presures, Presamarcos, Peúnos, Grávios, Igeditanos. Todos os grupos referenciados, que habitavam no oeste da Península, podem ser considerados como pertencentes ao todo lusitano apesar de os Lusitanos "puros" habitarem no que é hoje a Beira Interior (Beira Alta e Beira Baixa), em Portugal.

Desta enunciação poucas certezas nos ficam, mas podemos apresentar algumas directrizes de estudo de maior confiabilidade.

1. A presença celta na Península deu-se, sobretudo, na parte ocidental e no litoral atlântico, excluindo todo o extremo sul desde o actual Algarve até ao sudeste e nordeste (Andaluzia, Valência e Catalunha) bem como o extremo norte (actual região basca e proximidades).
2. A grande variedade de povos e diferenças geográficas determinou uma proporção muito variável de elementos celtas na fusão com os povos que já habitavam a Península antes da sua chegada, mas é comum aceitar que a maior densidade céltica se verificou nos vaceus, vetões, habitantes dos Hermínius e região envolvente, brácaros e calaicos.
3. A superioridade económica e técnica das culturas urbanas ditas ibéricas - ou do litoral mediterrânico e algarvio - levou à presença de elementos ibéricos em boa parte da Península, e é neste sentido, cultural e étnico, que se pode falar em povos ou mesmo em civilização celtibérica.
4. Os Lusitanos tinham como principal área de concentração a região entre Douro e Tejo, mas exerceram pressões e influências em todos os sentidos, sobretudo para norte e sul.
5. Ao tempo da ocupação romana os Lusitanos podiam ser designados como um povo originado de culturas neolíticas e megalíticas relativamente desenvolvidas, que receberam impacto das áreas ibéricas, e quando se miscigenaram com os celtas. Muitos nomes de povos que aparecem nos textos romanos podem ser de tribos ou grupos menores integrados ao conjunto dos Lusitanos, e de povos vizinhos mas distintos.

A presença céltica no território do actual Portugal, porém, apesar de aceite continua a ser discutida: Fernando de Almeida, que na segunda metade do século XX era uma das maiores autoridades em Arqueologia, afirma que os egitanos, ou igeditanos (da região de Idanha-a-Velha, na Beira Interior) eram luso-celtas, e que constituíam um grande aglomerado populacional celta quando chegaram os romanos e a favor desta tese aponta grande quantidade de nomes celtas encontrados em inscrições, além de outros vestígios que assegura serem de origem celta; contudo outros historiadores contemporâneos não têm tanta certeza da presença celta entre os Lusitanos, e esse tema continua a ser discutido, apesar de ser um facto confirmado. Mas mesmo que se discuta se os Lusitanos eram mais celtas, ou mais próximos à origem neolítica, ou ainda de outra cultura ou grupo étnico, o certo é que por se terem distinguido entre todos os celtiberos durante quase dois séculos na sua oposição à ocupação romana eles tornaram-se um paradigma ou expoente dos povos peninsulares - e por extensão, dos celtas.

Por outro lado a contribuição dos Lusitanos para a formação de Portugal medieval, como antepassados étnicos dos portugueses, é histórica apesar da tentativa de extinção (segundo alguns autores) dos Lusitanos pelos romanos, e apesar da presença de imigrações posteriores, e mesmo com os limites geográficos da ocupação territorial dos Lusitanos, que coincidem em muito com os portugueses. A hipótese cada vez mais aceite de considerar os Lusitanos como um conjunto de etnias ou grupos aparentados entre si por laços variáveis de ascendência e de traços culturais, celtizados por miscigenação e por intercâmbio cultural, e que são tidos como antepassados reais e simbólicos da nação portuguesa, é correcta. Certamente, os Lusitanos eram um povo unitário, tinham um modo de vida uniforme, embora divididos em tribos, não eram celtas "puros" (se é que os havia nessa época) a sua terra mãe coincidia em muito com os limites de Portugal, apesar de não serem os únicos antepassados dos portugueses - do ponto de vista étnico, histórico, ou cultural, são sem dúvida os principais.

2. Historiadores e geógrafos da Antiguidade

Os antigos gregos, que estariam mais interessados em falar das suas colónias na Ibéria, não nos deixaram muito que ler sobre os demais povos peninsulares. Já os

romanos, e os gregos do período helenístico e do Império romano escreveram muitas descrições e relatos, dos quais se conservaram até hoje algumas opiniões e informações acerca dos Lusitanos. Rever tudo o que se encontra nessas fontes seria excessivo para os objectivos deste artigo, e por isso contentamo-nos com um rápido apanhado de alguns desses textos. Vamos apresentá-los por ordem cronológica.

Políbio (c.203-120) descreve o clima e as terras dos lusitanos, sua economia, e enumera as principais produções como sendo trigo, cevada, vinho, e gado.

Diodoro Sículo (séc. I a.C.) distingue os Lusitanos que viviam no alto dos montes de difícil acesso, daqueles do litoral, que viviam com maior conforto e urbanidade; mas assinala que os Lusitanos "são os mais fortes entre os iberos", e forneceu-nos a primeira biografia conhecida de Viriato.

Estrabão (c. 63 - 22) na Geografia chama a atenção para as diferenças entre os autores anteriores na delimitação das terras dos Lusitanos, e conseqüentemente na ambigüidade da atribuição do nome de lusitano aos povos limítrofes. Para Estrabão as tribos dos lusitanos ficavam compreendidas entre o rio Tejo, a sul, e o Atlântico, a oeste e a norte, sendo seus vizinhos a leste os vaceus, vetões, carpetanos, e calaicos. Refere que estes povos são considerados por alguns autores como integrantes do conjunto lusitano, e destaca que este povo lusitano constitui a mais poderosa das nações ibéricas, e entre todas foi aquela que por mais tempo deteve as armas romanas".

Quanto à presença lusitana a sul do Tejo ele informa: os romanos obrigaram alguns grupos lusitanos a sair de suas terras e atravessar o rio em direcção ao sul, mas a Lusitânia pré-romana não chegava à terra dos célticos (ou cimpos). Já a região a norte do Douro, diz Estrabão, foi em tempos dos lusitanos, segundo afirmam outros autores, mas os calaicos mostraram-se tão irredutíveis que os lusitanos recuaram. Apesar desse revés ele descreve os lusitanos como ágeis na luta, bons caçadores, e habilidosos com as armas; aliás os historiadores e geógrafos do Império, impressionados com as guerras que os lusitanos moveram contra os romanos, falam muito das virtudes guerreiras deste povo, deixando de lado outros aspectos que gostaríamos de conhecer.

Tito Lívio (59-17) na História Romana explica a participação dos povos da Ibéria na Segunda Guerra Púnica e refere-se algumas vezes aos lusitanos.

Plínio O Velho (23-79) no tomo IV da História Natural apresenta os seguintes limites para o território dos lusitanos: a norte o Douro, a leste o Anas, o Oceano a ocidente e sul; incluía, portanto, entre os lusitanos os cónios do Cinético, e os célticos do actual Alentejo. Plínio menciona entre as cidades da Bética (actual Andaluzia) a povoação de Turóbriga, ou Duróbriga, muito a leste do Anas; sabemos por outras fontes que Duróbriga era o principal centro de culto da deusa Atégina (Adégina, Atecina) quase sempre cognominada de Turobricense ou Turibricense; mas Atégina era uma das mais importantes deusas da religião dos lusitanos, o que atesta um elo notável entre as culturas lusitana e celta.

Pompônio Mela (séc.I d.C.) no De Situ Orbis descreve as cidades e rios das terras lusitanas e afirma com Plínio que elas se estendem até ao Anas.

Cláudio Ptolomeu (século I d.C.) restringe o habitat lusitano à região entre Douro e Tejo e cita muitas cidades do litoral, entre as quais Verurium (Aveiro), Veladis (Avelãs), Traducta (Condeixa), Arabriga (Alenquer), Olisipo (Lisboa), e algumas mais para o interior, como Scalabis (Santarém); mas não menciona cidades nas regiões interior e montanhosa, tais como Conímbriga, Ballatucelum, Longobriga, Lorica ou Egitania. Há ainda muitos autores que deixaram notícias sobre os Lusitanos, e que os estudiosos têm utilizado para reconstituir (e discutir as divergências) a história deste povo; citemos alguns: Possidônio (c. 135 - 51), Plutarco (c.46-120), Apiano de Alexandria (séc.I d.C.), e a muito citada Ora Maritima do poeta romano tardio Avieno, baseada em narrativas antigas de viagens pelo Atlântico.

Após a ocupação romana e os relatos que se referem às guerras lusitanas as notícias vão escasseando; a Província romana da Lusitânia mantém o nome, mas dos Lusitanos pouco se fala. No período das invasões germânicas a obra histórica de Orósio e a Crónica de Idácio ainda citam o povo, mas o povo vai se misturando com as vagas de invasores e imigrantes, que desapareceram no esquecimento dos escritores. Os cronistas medievais portugueses porém, já se interessavam muito por esses antepassados Lusitanos.

3. Da Literatura à Arqueologia

Foi a partir do final da Segunda Dinastia, com a influência do Renascimento Europeu e o renovado interesse pelos clássicos que os portugueses passaram a falar dos lusitanos ainda com mais veneração. Já em 1531 Gil Vicente escreveu o Auto da Lusitânia, representado perante a corte de D. João III quando nasceu seu filho D. Manuel. O auto trata das bodas de Lusitânia e Portugal, mas Gil Vicente, como muitas vezes faz, mistura no enredo e nos diálogos muitos temas, personagens, e cenas que constituem como "diversões" à margem do tema maior.

Lusitânia é filha de Lisibea (Lisboa) e do Sol, e por ela se apaixonou um caçador grego de nome Portugal. Quando os amores parecem desencaminhar-se acorrem as deusas (diesas) gregas, com cuja protecção se decide então o casamento. Este o tema, que se desenrola da seguinte maneira: começa o auto com vários diálogos e recitativos de pessoas comuns acerca de assuntos de amor e outros, alguns picarescos como convém a uma farsa, até que entra em cena o Licenciado, que faz o papel de narrador e representa Gil Vicente; ele introduz o tema das bodas dizendo que o Sol viu Lisibea nua sem nenhuma cobertura (.) e houve dela uma filha tão ornada de sua luz, que lhe puseram nome Lusitânia, que foi deusa e senhora desta Província. Passados tempos, um famoso cavaleiro grego de nome Portugal ouviu falar da boa caça na serra de Sintra (serra da Solércia), e como este Portugal, todo fundado em amores, visse a formosura

sobrenatural de Lusitânia, filha do Sol, improviso se achou perdido por ela .
O contexto mitológico greco-romano, a etimologia de Lusitânia a partir de luz do sol a origem amorosa de Portugal - tudo concorre para apresentar um ideal nacionalista enraizado nas origens romana e grega. Gil Vicente não fala em lusitanos nem em guerreiros, pois tudo se passa num plano simbólico, idealizado, procurando a identidade de Portugal num mito fundador que justifique e dê razão de ser a uma consciência (incipiente para ele) de nação. Note-se que a mentalidade de Gil Vicente ainda tem muito de medieval, onde a Cristandade está acima do Reino, e o Reino é a República (coisa pública) pois o termo Estado ainda não era coerente, e onde a palavra nação tem outros significados que não os contemporâneos.

Por iso mesmo, como não está a fazer história mas ideologia e doutrina, cada traço tem vários aspectos, e o sentido da união de Portugal e Lusitânia não se esgota no amor e na boda: Portugal amante de Lusitânia é também seu descendente, como disse o Licenciado no verso anterior ao que citamos antes - ao falar de como o autor conheceu os segredos do antigo tempo passado acrescenta Em especial/ O antigo Portugal/ Lusitânia que cousa era/ e o seu original.

Essa Lusitânia não é elogiada apenas pelas guerras contra Roma e pelo valor dos seus guerreiros, mas também pela beleza e simplicidade. Diz ela mesma (o seu personagem) pouco depois do Licenciado a apresentar: Eu sou a filha do Sol/ e se o mundo teve flor/ eu sou as flores do mundo/ E da presunção maior/ Que sou tão fantasiosa/ E tão cheia de grandeza/ Que não prezo ser formosa/ nem prezo a quem me preza/ E prezo-me de generosa.

Mas foi Camões, nos Lusíadas um dos grandes responsáveis por recordar os lusitanos como o modelo do povo heróico, como a Ilíada fora para os gregos, e a Eneida para os romanos.

O primeiro a usar o termo lusíadas parece ter sido Jorge Coelho numa publicação de 1536, mas foi o humanista André de Resende que o divulgou e explicou a sua filologia em cartas e obras menores por volta de 1545; é provável que Camões se tenha inspirado nelas para o título do seu poema épico. No segundo verso de abertura do poema - a ocidental praia lusitana - Camões dá seqüência a As armas e os barões assinalados; como estes dois versos são cópia quase literal da Eneida - Arma virum que cano/ Troiae qui primus ab oris - é evidente a intenção, muito ao modo renascentista de equiparar os portugueses aos romanos dando-lhes um antepassado clássico; Vasco da Gama é outro Eneias - aquele ilustre Gama/ que para si de Eneias toma a fama (I, 12); e vai mais longe, até fazer dos portugueses outros gregos - e vereis ir cortando o salso argento/ os vossos Argonautas (I, 18), enquanto que Duarte Pacheco Pereira é o Aquiles lusitano (X, 12). Aliás, um dos temas mais estudados e discutidos de todo o poema é a contínua invocação dos deuses greco-romanos para que protejam os portugueses: o peito ilustre lusitano, a quem Neptuno e Marte obedeceram (I, 3) isto é: o deus do mar e o deus da guerra puseram-se ao serviço dos lusitanos/portugueses.

Os lusitanos opuseram-se aos romanos, mas essa circunstância não contradiz a ascendência clássica dos portugueses: os lusitanos fizeram parte da História Romana, acabaram por ser cidadãos romanos, e são antepassados modelares dos portugueses, e é isso que importa a Camões e ao espírito renascentista. A inserção dos portugueses nos romanos não se faz apenas pela força e pelas armas, mas também pela cultura, de que é símbolo a língua:

(.)a língua,na qual quando imagina
com pouca corrupção crê que é a latina(I, 33)

Já os Lusitanos são modelares porque foram guerreiros ousados e valentes, qualidades que ao longo do poema se demonstra terem sido apanágio dos portugueses. Mas diz que os portugueses são descendentes dos lusitanos pelo sangue (étnicos ou por geração, diríamos hoje): nas sessenta vezes em que aparece o termo lusitano, mais quinze vezes o nome de Luso, e seis para Lusitânia, os lusos são os portugueses. Essa identificação, porém é ideal, pelas virtudes de liberdade, força, ousadia, valor que fazem dos dois povos um povo só, unido pelos deuses e pelo espírito:

E vós, ó bem nascida segurança
Da lusitana antiga liberdade (I,6)
(.)do valor da forte gente
de Luso não perdeis o pensamento(I,24)
(.)esquecerão os seus feitos no Oriente
se lá passara lusitana gente (I,30)

este aliás um tema repetido mais adiante:

qu'eu co'o Grão Macedónio e Romano
demos lugar ao nobre lusitano?(I, 75)

Muito mais se poderia explicar acerca do uso dos termos derivados de Luso no poema dos Lusíadas, mas esse é assunto a desenvolver noutra tipo de ensaio. O que importa destacar é o papel e o modo como Luís Vaz de Camões confirmou esse ideal da ascendência clássica dos portugueses. O tema foi sempre aceite e desenvolvido, ao ponto de já século XIX os estudiosos considerarem (o que Camões dissera) que os Lusitanos foram os antepassados dos portugueses, porque deles e principalmente deles todos os portugueses descendem.

Na historiografia da segunda metade do século XIX alguns autores põem reparos nesse

facto, e Alexandre Herculano foi taxativo em negar tal ascendência: pela sua autoridade muitos citaram-no depois, mesmo sabendo-se hoje o erro de muitas das suas ideias, e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, na História de Portugal, dá-lhe seguimento, sem maiores considerações. A partir desse final de século uma nova orientação e metodologia surgem no estudo dos lusitanos: a da Arqueologia e da Antropologia. Busca-se no estudo dos vestígios a confirmação correcção e complementos para o que os escritores gregos e romanos nos disseram. Apoiada nesta nova leva de estudos surge pouco depois a grande obra que determinou a orientação dos cientistas seguintes e até hoje permanece como inspiradora de todos os trabalhos: a investigação arqueológica e antropológica de Leite de Vasconcelos, sobretudo a publicada em As Religiões da Lusitânia (dois volumes, concluídos em 1905 e sucessivamente reeditados); outros arqueólogos portugueses vieram somar-se a esta minuciosa investigação; entre muitos autores e inúmeros trabalhos menores devemos citar: Mendes Corrêa com Os Povos primitivos da Lusitânia 19 (1924), e as Raízes de Portugal (1938); Martins Sarmiento e Os Lusitanos; Damião Peres em Como nasceu Portugal (1938); a estes vieram acrescentar-se nesse início de século XX autores espanhóis como Bosch Gimpera com Etnologia de la Península Ibérica (1932), e Formación de los Pueblos de España, e também alemães como Schulten autor de Hispania.

Note-se, porém, que a discussão da relação entre Portugueses e Lusitanos, e entre estes e os Celtas não terminara, e havia autores que defendiam ambas as posições - a da ascendência real, e a da relação ideal. Esta poderia também ser estudada como ideológica, erradamente inserida por alguns no contexto do conservadorismo salazarista do Estado Novo; de facto a partir dos anos trinta as obras genéricas ou panorâmicas sobre os lusitanos escasseiam, e dão lugar ou a estudos arqueológicos muito pontuais e de repercussão restrita, ou às considerações incluídas nos livros de História para as primeiras séries, do tipo nos ancêtres les Gaulois, variando entre nossos antepassados e primeiros habitantes desta parte da Península. A partir da Revolução dos Cravos (1974) os estudiosos portugueses interessam-se muito mais pelo seu futuro e pelo que os une à Europa do que pela definição de antecessores ou antepassados próprios; é sintomático que a obra de maior sucesso neste campo foram os dois romances históricos de João Aguiar, um sobre Viriato - A Voz dos Deuses, de 1984, com vinte edições até 1997, e outro sobre Sertório - A Hora de Sertório, de 1994, também reeditada mas menos vezes. Seria interessante consultar as resenhas e críticas literárias que certamente proliferaram na ocasião, para apreciar o significado dessa literatura, como os portugueses se vêem nela, uma vez que os romances que substituem (embora nela se apoiem) a Arqueologia e a História. Depois da revolução de Abril de 1974, o ensino da história de Portugal foi descurada e quase desprezada no sistema de ensino, o que é gravíssimo para a formação e manutenção de uma consciência nacional. Alguns, de forma estúpida e irresponsável, acharam e acham que ensinar história e exhibir os símbolos nacionais nas escolas são resquícios de salazarismo.

4. A terra e as gentes

Temos, portanto, à nossa disposição um imenso acervo de obras, tanto de geógrafos e historiadores gregos e sobretudo romanos, como de arqueólogos e antropólogos dos últimos cerca de 120 anos, para poder reconstituir, ainda que cautelosamente, o modo de vida dos Lusitanos.

Os romanos consideraram os portugueses descendentes de Luso, amigo de Baco - Plínio (I, 39) confirma essa opinião, chamando a Luso amigo íntimo de Baco, e continuando que Lusum nomen dedise Lusitaniae. Mas apesar das referências à boa qualidade e abundância de vinho na Península, não parece que ligassem essa ascendência lateral baquiana ao consumo de vinho. Com esta definição mitológica, porém, encerram-se muitas explicações do nome. Os dados históricos não são muito mais conclusivos: sabe-se que existiu no sul da Península um povo denominado Lusones pelos romanos, mas não parece haver relação étnica entre os dois; conhece-se também a existência de uma raiz celta lus, e há quem suponha que um termo semelhante, lous, significaria guerreiro, e que a desinência também quer dizer região ou terra; mas essa construção filológica não é geralmente aceite.

Como, porém, não se conhece nenhum topónimo anterior para indicar a região que depois se chamou Lusitânia, pode-se supor que o povo deu nome à terra, e não o inverso (como no caso do Ebro que deu nome aos iberos).

Os geógrafos romanos, como vimos acima, distinguiam três regiões físicas na Lusitânia: as montanhas, os vales, e o litoral; a estas haveria que acrescentar, do ponto de vista histórico, a região central da Península - terra dos vetões - que os romanos incorporaram à Lusitânia administrativa. Isto é, quando se fala em Lusitânia é preciso ter em conta quem e quando se fala, pois houve variedade de limites. Excluindo, pois, a Vetônia, há geral concordância entre os romanos em considerar o clima ameno e temperado, a geografia física muito variada nos seus acidentes, tanto litorais (cabos, baías, falésias, estuários) como interiores (vales, montanhas, rios). Em parte por essa razão de clima e acidentes a produção animal e agrícola, tanto natural como domesticada, é destacada e elogiada pelos antigos.

Na fauna destacam-se duas espécies: os coelhos, que seriam pela sua abundância a origem do nome Hispânia, e os cavalos, cuja agilidade e energia se tornaram famosas (e na guerra temidas pelos romanos). Mas os geógrafos apontam ainda os muitos javalis, veados, lobos, raposas, e lince entre a fauna selvagem, e as ovelhas e cabras como constituindo grandes rebanhos - aliás a imagem tradicional e verídica, do chefe lusitano Viriato é a de pastor de ovelhas e cabras na Serra da Estrela (os Montes Hermínios da Antiguidade). De qualquer modo é certo que os lusitanos eram considerados bons

criadores de gado, não só do bovino e suíno, mas, sobretudo, adestradores de cavalos (apenas como sugestão vale a pena lembrar que essa familiaridade no trato com os animais é, ao menos na Península, considerado um traço de origem celta, e que os descendentes portugueses mantêm essa fama e capacidade, o que podemos comprovar actualmente com frequência). A raça do cavalo lusitano é aliás lendária.

As fontes clássicas referem-se muito também aos minérios, de que a Hispânia seria grande fornecedora - e essa foi a causa da cobiça romana. A indústria extractiva de prata era a mais importante, mas havia muito cobre, ferro, e estanho; dos rios da Lusitânia saía também muito ouro. Deve observar-se, contudo, que a exploração romana foi intensa e em alguns casos, como do ouro, praticamente exauriu a capacidade minerativa das terras e águas lusitanas. Deve ainda referir-se que a primeira lei romana sobre exploração mineral foi determinada em terras lusitanas: a Lex Metalis Vispacensis (actual Aljustrel).

Quanto ao modo de vida deve lembrar-se em primeiro lugar que os autores romanos, confirmados pela arqueologia do último século, apontavam uma diferença clara entre os ibéricos do litoral mediterrânico e os demais povos da Península a que invariavelmente chamavam bárbaros. Parece que todos concordariam com Tito Lívio que afirma que a área urbana do litoral peninsular era civilizada, mas que daí para norte e oeste predominavam os hábitos rudes e selvagens dos nativos - exceptuando os que habitam as costas do nosso mar (Livro 41, cap.4). Os lusitanos estariam com certeza incluídos nesta designação de rudes e bárbaros; nesse aspecto não constituíam uma população homogênea, e os do litoral ocidental eram mais urbanos do que os montanheses; mas são estes que constituem os lusitanos típicos, pois são a eles que mais se referem mais as fontes romanas que quase só falam dos lusitanos a propósito das guerras, onde os caçadores-guerreiros das montanhas desempenharam o principal papel; e quando mais tarde a literatura se apropriou da imagem do lusitano forte e valoroso é claro que se fixou nos traços desses guerreiros.

Pode, pois, dizer-se com relativa segurança que os agricultores das terras baixas seriam também criadores de gado suíno e bovino, que os habitantes do litoral se dedicavam à pesca marítima, à indústria de salga e conserva, e ao comércio através dos portos do Atlântico, e que os montanheses era caçadores de veado e javali, criadores de ovelhas, cabras e de cavalos. O vestuário e armamento desses guerreiros era constituído por túnicas de pele de cabra, couraças de linho grosso, saia comprida (sagum), escudos pequenos e redondos, e espadas curtas; os combatentes a pé usavam lanças de ponta de bronze; untavam os corpos com azeite, deixavam os cabelos compridos e agitavam as cabeleiras na batalha para impressionar os inimigos. Das roupas comuns apenas sabemos que as teciam de linho e de lã e que usavam objectos e jóias de metal - pulseiras, torques, braceletes, fivelas, vírias, o que pressupõe a existência de ferreiros e ourives, metalurgia avançada aliás atestada pelos cultos aos deuses da metalurgia.

O alimento mais característico era o pão de cevada, centeio e bolota ou glande de carvalho; bebiam leite de ovelha e cabra e cerveja de cevada, reservando o vinho para as festas.

As casas de pedra tinham forma redonda ou quadrangular; eram cobertas de palha, e ficavam situadas no alto dos morros e colinas, agrupando-se em aldeias - os castros citados pelos historiadores antigos. Os grandes castros tinham muralhas defensivas feitas de grandes pedras, chegando a alcançar um quilómetro de perímetro. Discutiram os entendidos se a fortificação conhecida com o nome de Cava de Viriato, perto de Viseu, era de facto o refúgio do guerreiro. Sabe-se agora que o local era afinal um acampamento militar romano, e Viriato "deve ter dado voltas na tumba" ao ser identificado com um campo militar do inimigo que combateu e que o mandou assassinar.

Os instrumentos musicais incluíam a flauta e a trombeta, com que acompanhavam os seus coros e danças - de que os romanos nos deixaram algumas descrições.

Os locais de cultos funerários são sempre de grande interesse para o arqueólogo, que encontra no território da antiga Lusitânia farto material de investigação. Do período paleolítico conhecem-se cemitérios onde os corpos estavam dispostos com restos de alimentação, utensílios e armas; do megalítico abundam os dolmens, conhecidos em Portugal como antas, ou mamoas - porque os montículos de terra que se acumulou sobre eles criou essa forma arredondada. Por adição de lages alguns dolmens foram-se ampliando até alcançar o tipo de monumento funerário conhecido como galeria de Alcalar; nestas galerias, de construção mais recente mas provavelmente ainda anteriores aos lusitanos propriamente ditos, também se encontraram objectos, agora mais elaborados, feitos de marfim, metal, e cerâmica, e também ossos humanos. As cistas neolíticas, caixas funerárias de pedra em forma quadrangular e tapadas com pedra como os dolmens, também conservaram objectos de metal e ossos humanos. Estes monumentos atestam um modo de vida anterior à chegada dos celtas, pois os lusitanos adoptaram ritos funerários idênticos aos dos invasores (o que é um elemento importante em favor da influência céltica entre os descendentes de Luso): a incineração e a conservação das cinzas em urnas de barro. É evidente que esse cerimonial privou os arqueólogos contemporâneos de importantes elementos de estudo (os ossos) sobre os povos que o praticavam.

Por outro lado, muito do que sabemos sobre a religião dos lusitanos foi conservado em inscrições do período romano, e também por teólogos e doutrinadores medievais que pregaram contra a sobrevivência de práticas pagãs entre o povo da antiga Lusitânia. Essas fontes permitem-nos dizer que a religião dos lusitanos teve longa permanência para além da conquista romana e da introdução do cristianismo, e conhecer alguns de seus traços. Os luso-romanos foram fiéis a seus deuses, e em primeiro lugar a Endovélico, e Atégina; esta seria uma deusa da terra e dos frutos da agricultura, e daí

uma protectora da fertilidade; mas também era invocada para solicitar auxílio em muitas outras dificuldades da vida comum, desde a doença aos problemas morais. Outros deuses conhecidos pelas inscrições em lápides e pelos escritores romanos eram: Revalanganiteco, Ilurbeda, Trebaruna, Bormanico, Navia, Taogonebiago, e muitos outros dos quais só se sabe o nome.

Os cultos relativos à fertilidade e à natureza, relacionados com a figura feminina, estão atestados por várias fontes, mas não diferem muito de cultos desse tipo existentes em quase todos os povos com modo de vida idêntico; estreitamente implicadas com estes estão as crenças em forças naturais, e as conseqüentes práticas mágicas. Embora se saiba da existência de sacerdotes não conhecemos toda a organização sacerdotal do tipo druídico.

Nas artes plásticas, além dos objectos de ourivesaria os lusitanos têm na estatuária dois modelos muito característicos: as figuras de guerreiro em pé, com escudo redondo, e sem pés (meia-perna), e os porcos ou javalis muito toscos (o mais conhecido é famosa porca de Murça) que provavelmente tinham uma finalidade funcional, artística e religiosa.

5. Entre Cartagineses e Romanos

Os lusitanos entram na História romana como aliados dos cartagineses; estes, pelas suas afinidades com os fenícios de Tiro, já comerciavam com os iberos desde longa data. A Primeira Guerra Púnica (264-241) praticamente não atingiu a Ibéria; mas a partir de 237, com o desembarque de Amílcar Barca em Cadiz, e a liderança de Aníbal Barca desde 221, os cartagineses não só se estabeleceram firmemente na Península tomando-a como base para atacar Roma por terra, como se expandiram para o norte, passando além do Tejo e chegando além do Douro. É então que aparecem os lusitanos como seus aliados, e um contingente de guerreiros acompanhou Aníbal em 218 em direcção à Itália. No ano seguinte as tropas romanas desembarcaram em Taragona e invadiram a Península, derrotando as forças cartaginesas; estes tinham os celtiberos como seus aliados, mas essa união não durou muito: Tito Lívio conta (27, 17) que Cipião passou o inverno na península para conseguir retomar a boa vontade dos bárbaros porque havia então uma espécie de tendência fortuita para arrastar toda a Ibéria do partido dos cartagineses para o dos romanos. E pouco depois (34, 18) diz que os generais romanos viram os ibéricos, cansados do domínio cartaginês (taedio imperi carthaginensium) entregar-se a eles. Esta reviravolta deu-se principalmente em terras ibéricas (litoral mediterrânico) porque a região celtibérica (ou celta: oeste e noroeste da Península) permaneceu quase unanimemente anti-romana. Daí a importância dos lusitanos na liderança das guerras ou campanhas de resistência a partir da Segunda Guerra Púnica.

Assim, com o auxílio dos naturais, os romanos em 205 já tinham o domínio das terras ibéricas - domínio que, aliás, não era só estratégico, porque nos sete anos seguintes (205-198) o território peninsular forneceu ao tesouro da República mais de duas toneladas de ouro e cem toneladas de prata. Além desta exploração, que certamente não se fez com a boa vontade dos ibéricos, os romanos tinham tratado os seus inimigos com crueldade e traição. Mas as legiões e os cobradores de impostos vinham para ficar, e em 197 a Hispânia foi dividida em Citerior (a mais próxima, que abrangia o leste, norte, e noroeste) e Ulterior (a mais distante, que incluía o sul e oeste). Mas já nesse ano de 197 os turdetanos do sul revoltaram-se contra Roma, e pouco depois (em 194 ou 193) os lusitanos entram em cena invadindo as terras do sul em apoio aos turdetanos: estava declarada e iniciada uma guerra que iria ocupar os generais e políticos romanos até ao advento do Império. Três anos depois de invadir a Turdetânia os lusitanos derrotam o procônsul Lúcio Emílio, que morre com todas as suas tropas. Em 185 os lusitanos voltam-se para leste e atacam os romanos na Carpetânia: mas Roma foi provocada, e manda revidar pelo sul; o pretor Postumio Albino consegue pela primeira vez derrotar os lusitanos em 179.

Durante alguns anos não há notícias de conflitos militares, mas em 155 os lusitanos aliados aos vetões massacram seis mil legionários e o pretor que os comandava; em 154 os lusitanos aliados aos celtiberos invadem o sul e chegam às Colunas de Hércules (Gibraltar); Roma contra-ataca no ano seguinte sob o comando de Mummio que após sofrer uma derrota com nove mil baixas recupera-se, repele os invasores (152) e fá-los recuar. É então que se dá um facto decisivo, pois no ano seguinte (151) Galba é derrotado e foge com suas legiões; pronto para retaliar a derrota, acena aos lusitanos com um acordo de paz, convida todos os guerreiros para uma assembleia, propõe-lhes que deixem as armas, e divide-os em três grupos; confiantes na palavra de um general os lusitanos ficaram à mercê do inimigo; Galba manda então os seus legionários avançarem: eles massacram nove mil guerreiros e fazem prisioneiros outros vinte mil. A traição e crueldade de Galba foi vivamente criticada no Senado, mas nem por isso Roma usou de boa vontade com os lusitanos.

Sobrevivente do massacre de Galba, porém, um jovem guerreiro decide vingar-se: é Viriato, que durante cerca de dez anos vai infligir as piores derrotas às legiões, e que os generais, afinal, decidem também assassinar à traição. Uma solução bárbara, incivilizada e covarde por parte da superpotência da época, que chamava bárbaros aos lusitanos, uma nódoa que manchou a imagem de Roma, até hoje.

6. Viriato

Este que vês, pastor já foi de gado;
Viriato sabemos que se chama
Destro na lança mais que no cajado;
Injuriada tem de Roma a fama,

Vencedor invencível, afamado.
Não têm co' ele, nem ter puderam
O primor que com Pirro já tiveram.

(Os Lusíadas, VI, 6)

Viriato ainda aparece no poema mais duas vezes (I, 26, e VI, 36) repetindo os elogios aos atrevimentos e aos feitos contra Roma. E noutro passo (I, 22) renova-se a menção sem lhe dizer o nome, quando, depois de falar da Lusitânia (I, 21) prossegue:

Desta o pastor nasceu, que no seu nome
Se vê que de homem forte os feitos teve,
Cuja fama ninguém virá que dome,
Pois a grande de Roma não se atreve.

Temos aqui lançada a imagem real que se tornou famosa de um Viriato pastor e guerreiro, que obscureceu a fama de Roma pela sua força invencível, destreza nas armas, e ousadia (atrevidos). Ele foi sem dúvida como comandante das armas lusitanas e de seus aliados o maior estratega militar que na Península se opôs às legiões, e é nessa qualidade que é considerado o herói fundador da nacionalidade portuguesa; entre os lusitanos da sua época e a criação do reino de Portugal por Dom Afonso Henriques (o segundo herói fundador da nação) medeiam treze séculos, e por isso a figura de Viriato é ainda mais do que real: ela afirma a permanência e antiguidade de uma definição que assimila espaço, tempo, e povo. Os romanos entenderam-no quando deram aos lusitanos origem mitológica, e o mesmo fizeram a alguns rios da Lusitânia, como o Letes (Lima) o rio do esquecimento. Deste modo os portugueses modernos têm o antepassado que simboliza, por uma antiguidade muito distante, a nobreza das raízes da nação, sempre fiel a si mesma desde longa data. Como disse João Ameal na História de Portugal a propósito dos lusitanos: Se os portugueses não descendessem dos lusitanos dir-se-ia que aos lusitanos ascendem, por adopção espontânea, reforçada do Renascimento para cá.

Tal como Dom Afonso Henriques e outros heróis nacionais, como Nuno Álvares Pereira, Viriato era um guerreiro que se opunha ao domínio vindo da Europa: sucessivamente Roma, Leão e Castela. Dessa forma, ele simboliza uma cultura ou civilização - mas ninguém ignora que a formação cultural portuguesa deve muito mais à romana do que à celtibérica; simboliza sim a identidade que diferencia os portugueses dos povos aparentados, reforça o desejo de autonomia, e o valor (guerreiro), e aponta inclusive, com a sua recusa a identificar-se com as terras a leste, para uma realização dos portugueses como nação no sentido oeste, ou seja, para o Oceano. Viriato faz parte da mitologia e do panteão nacionais e da História de Portugal.

É verdade, também, que como personagem histórico ele merece essas honras.

Quando os romanos, após dominarem os cartagineses, e depois os celtiberos na primeira revolta, imaginaram que a Península seria deles, com tranquilidade, Viriato congrega todas as forças rebeldes do centro e do ocidente peninsulares e inflige às legiões derrotas humilhantes. Viriato foi, segundo todos os testemunhos, um grande líder de povos, e um hábil estratega, reconhecido como tal pelos generais romanos.

Da sua origem sabe-se, facto que alguns têm dificuldade em aceitar, que era pastor de ovelhas e cabras dos Hermínius, actual Serra da Estrela, de onde era natural (Lobriga, chamada Loriga pelos romanos, actual Loriga), que a imagem de Camões apresenta e se conservou até nos livros de História escolar; o facto de ter casado com uma rica herdeira de terras a sul do Tejo, como dizem as biografias desde os historiadores gregos e romanos, não indica que era de família notável, nem prova que tenha passado muito tempo nas planícies do sul.

O estopim para a segunda guerra lusitana veio outra vez da Turdetânia: os lusitanos invadiram a região em 147 a.C., e atacaram os romanos, mas foram cercados e vencidos por Caio Vetúlio. Viriato entra em cena, assume o comando geral dos contingentes guerreiros que manobra com habilidade e no mesmo ano em Tríbola vence e mata Caio Vetúlio. Animados com a brilhante vitória os lusitanos vencem Cláudio Unímiano (146), e Caio Nígídio (145); mas quando Quinto Fábio Máximo Emiliano, irmão de Cipião Emiliano, entra na Península como cônsul da Citerior e provoca Viriato em campo aberto no vale do Guadalquivir, os lusitanos são derrotados (144). Viriato retira-se para Baecula (Baicor, hoje Bailen), refaz as forças e contra-ataca no ano seguinte, repelindo os romanos, que se retiram para Córdoba.

As vitórias e habilidades militares de Viriato entusiasma outros povos, e os celtiberos da Meseta revoltam-se em apoio aos lusitanos - está iniciada a guerra Numantina. Divididas as legiões Viriato derrota ainda em 143 as tropas de Quinto Pompeio, e no ano seguinte as do cônsul Lúcio Cecílio Metelo Calvo.

Quinto Fábio Máximo Serviliano ataca Viriato (141) que recua e contra-ataca destruindo as legiões - mas precisa voltar para a Lusitânia para se reabastecer. Serviliano persegue-o atravessando o Cinético e subindo pela Mesopotâmia, mas é obrigado a recuar pelas forças de guerrilheiros chefiados por Apuleio e Cúrio - aliás, o banditismo organizado em grupos guerrilheiros era um problema endêmico na Península, mas também uma ajuda (mercenária) contra os invasores.

Viriato volta-se de novo contra Serviliano, cerca-o, e em Erisane faz com ele um tratado de paz (140) e recebe o título de Amigo do Povo Romano. Mas no ano seguinte o irmão dele, Quinto Servílio Cipião, chega à Hispânia como governador, e provoca de novo Viriato, que pede tréguas e é assassinado por dois auxiliares - subornados pelos romanos através de Servílio.

Assim terminam a vida e os feitos desse herói que o Dicionário de História de Portugal (1982: 189) consagra desta forma: Os Portugueses sempre consideraram este remoto antepassado lusitano uma das mais belas e sugestivas figuras simbólicas do nosso espírito de independência.

7. De Província Romana a Reino de Portugal

Viriato morreu, mas não acabou com ele a resistência dos lusitanos, só que precisou de algum tempo para recuperar. Recuperação tanto mais difícil quando os aliados e vizinhos foram submetidos: o cônsul Décio Júnio Bruto, o Calaico, domina (de 138 a 136) as tribos a norte do rio Douro, incluindo os brácaros; e em 133 os celtiberos rendem-se a Cipião Emiliano que toma Numância - e a arrasa. Durante cerca de uma geração houve raras notícias dos lusitanos, a não ser por alguns ataques reprimidos (114 e 113) por Mário. Mas pouco depois (107) estala uma sucessão de batalhas: nesse ano Quinto Servílio Caepius domina uma rebelião dos lusitanos, que se recompõem e em 105 derrotam um exército romano. Mas a submissão dos celtiberos em Numância leva estes antigos aliados a colocarem-se do lado das legiões, que em 101 obtêm pesada vitória sobre os lusitanos. Mas eles parecem que não perdem fôlego, revoltam-se ainda outra vez contra a opressão romana em 99 - mas no ano seguinte o pretor Lúcio Cornélio Dolabela derrota-os de tal modo que precisaram de tempo para se recompor. Entretanto Sertório, que governava a província como aliado de Sila, quando Mário toma o poder em Roma retira-se para a África: lá os emissários lusitanos foram procurá-lo, oferecendo-se para se colocar às suas ordens contra o poder do dominador. Sertório aceita chefiar essas tropas lusitanas e em 81 entra em guerra contra Mário. Porém, apesar de muitas vitórias, Sertório acaba como Viriato: assassinado à traição (em 72). Com ele termina a última grande campanha dos lusitanos contra o domínio romano. Dez anos depois houve uma rebelião de calaicos e lusitanos, que César dominou; e nas campanhas de Pompeu (55 - 49) alguns lusitanos já figuram como auxiliares das suas tropas.

Iniciado o Império, e pacificada a Península, Augusto determina uma maior divisão administrativa: a Hispania Ulterior é dividida em Lusitania e Betica, esta com a capital em Córdova; a Lusitania passa a ser portanto não mais a terra dos lusitanos, mas uma divisão do Império - aliás o nome da nova Província era Lusitania, e a capital, criada por Púbio Carisius e fundada para o efeito, ficava em terras de vetões:

Emerita, hoje Mérida. A fundação foi em 25 a . C. por isso parece mais provável que a criação da Lusitania e Vetonia não tenha sido em 27 como por vezes se indica, mas em 25 ou pouco depois. O território administrativo ficava compreendido entre o Guadiana a sul, e o Atlântico a oeste e norte, incluindo, portanto, junto com os lusitanos não só os vetões, mas também os calaicos e astures; mais tarde a Calécia foi incorporada à Tarraconense, até que Caracala criou aí uma nova província, com a capital em Braga. Na época de Augusto a Península teria uns seis milhões de habitantes; considerando que todo o litoral com excepção do norte era mais habitado que o interior, e que a Lusitania ocupava, sobretudo, terras do oeste, pode supor-se a sua população em torno de um milhão de pessoas, ou pouco mais.

Os lusitanos vão progressivamente saindo da história activa, e entrando na História relatada, como a de Plínio, a de Pompônio Mela, ou a Geografia de Ptolomeu, todas posteriores à rendição final deste povo. Por sua vez estas histórias feitas sobre testemunhos ainda recentes passam a ser objecto de estudo por historiadores que viveram séculos depois, e não só seleccionam como acrescentam comentários feitos na distância do tempo; é curioso ver, por exemplo, como no início do século V a História de Orósio, provavelmente um calaico, censura os romanos pelas suas crueldades contra os lusitanos - como a do cônsul Fábio que reuniu quinhentos líderes lusitanos com promessas de paz e quando os viu desarmados os subjugou e lhes mandou cortar as mãos (Orósio 5, 4) ou ainda a própria traição no assassinato de Viriato. Por isso, diz Orósio, a pacificação final desse povo pelos romanos foi uma vitória sem glória (5, 23), facto que é do senso comum. Na época de Orósio a Península foi invadida (409) por um grande grupo de germanos - e talvez por causa dessa grande invasão é que Orósio deixou Braga e se refugiou junto de Agostinho em Hipona. Os alanos ocuparam a Lusitania, mas por pouco tempo: em 416 a partir da Calécia os suevos estenderam o seu domínio até alcançar a Bética; em 439 Emerita era a capital do reino suevo, que abrangia assim a Lusitânia e a Calécia. Mas os romanos chamaram em seu auxílio os visigodos, que ocupavam a Gália: eles derrotaram os suevos em 456 e no ano seguinte dominavam a Lusitânia. Segundo Idácio, porém, o domínio visigótico era fraco, pois ainda em 459 os suevos saqueavam a Lusitânia e aí massacravam romanos. Em 467 ainda os suevos voltaram a atacar e destruíram Conimbriga, importante cidade lusitana no litoral, arrasando as suas muralhas. Dois anos depois suevos e visigodos defrontam-se em Olisipo (Lisboa).

Apesar destes tumultos - e na intenção de contê-los - o rei visigodo Eurico (466-484) inicia em 470 uma reforma administrativa, e nessa reforma a província da Lusitânia foi extinta. Porém, sabe-se que a Lusitânia como topónimo não desapareceu de todo, porque nos concílios de Toledo no século VI o grupo dos bispos lusitanos manteve certa identidade comum, ao ponto de o Metropolita de Mérida - que no período romano tinha autoridade sobre os outros bispos da região - ter reclamado para sua jurisdição todas as dioceses da antiga Lusitânia, o que lhe foi concedido (656 ?) pelo rei visigodo Recesvindo.

Em 711 os muçulmanos invadiram a Península, que conquistaram quase completamente em seis anos - mas ainda sob o domínio do Islão parece que a Lusitânia manteve sua designação, alterada para Lugidânia; a reconquista cristã começou em 722

em Cangas de Onis, a partir da região dos cântabros e bascos. Até ao final do século IX a Calécia (agora Galícia, em português: Galiza) já estava em poder dos cristãos; no século XI a antiga região de entre Douro e Tejo, núcleo da Lusitânia, era reconquistada: Viseu em 1057, Coimbra em 1064. Finalmente em 1146 Dom Afonso Henriques toma Santarém, em 1147 conquista Lisboa, e logo atravessa o Tejo e penetra no território que fora dos célticos, até chegar quase ao Cinético: a antiga Lusitânia entrava nas brumas da memória, como diz o Hino Nacional Português, para dar lugar ao Reino de Portugal.
